

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 52 – JUNHO / 2016

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



A cadeia petrolífera e suas influências

EDITORIAL:

Mais Sorte Geográfica:
Velhos Problemas?

ARTIGO:

O Noroeste e a "Grande Região
Fluminense de Produção Petrolífera"

ARTIGO:

The Challenges of the Competitive Development of the Brazilian
Oil and Gas Sector in the Context of Pre-Salt – Part III

ARTIGO:

Mobilidade Espacial de Estudantes na Região
Norte Fluminense: Uma Breve Análise

MAIS SORTE GEOGRÁFICA: VELHOS PROBLEMAS?

DISCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL PERIFÉRICO NO NF: A COMPETITIVIDADE NA CADEIA PETROLÍFERA E OS DESLOCAMENTOS PENDULARES COM MOTIVAÇÃO EDUCACIONAL PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES.

O Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR), desde seu primeiro número (set. 2003) até o mais recente (mar. 2016), publicou 51 números com 188 artigos, debates, análises técnicas e legislativas, entrevistas ou pesquisas. Neste 52º número, algumas reflexões se fazem necessárias. A primeira delas quanto à chamada crise do Estado do Rio de Janeiro. Não há crise; na verdade, houve a soma de desperdício e aplicação inadequada de recursos públicos, especialmente quanto às rendas petrolíferas. Este mesmo BPRR, entre suas quase duas centenas de contribuições sobre o tema, publicou análises, críticas e propostas durante os tempos de supervalorização do barril do petróleo. Os riscos, na mesma medida, foram amplamente destacados.

O leitor não deverá se espantar ao saber que tampouco a situação atual era desconhecida no seio da própria administração estadual. Em relação à dependência das rendas petrolíferas, segundo pesquisa conduzida pela Subsecretaria de Estudos Econômicos do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2010), ainda que, à época, não fosse possível enxergar riscos de o Brasil sofrer da chamada doença holandesa¹,

pela forte dependência do Rio de Janeiro em relação àquelas rendas, o mesmo encontrava-se suscetível à referida doença. Isso implica uma possível crise no parque industrial do estado se mantida a tendência de centralização econômica na exploração do pré-sal (VILANI, 2010), uma vez que, de acordo com as conclusões da Subsecretaria (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 33), “o petróleo tende a deslocar recursos, penalizando os outros setores da economia”. No mesmo estudo, 2013 é apontado como o ano no qual se iniciará a diminuição de importância dos campos atuais, fora da área do pré-sal, o que resultará que, em 2020, metade da produção brasileira será da extração de petróleo e gás natural dos campos do pré-sal, e de 3/4 do total nacional em 2035 (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 32).

Em virtude de não haver nenhum mistério por trás da dita crise, pode-se afirmar que o momento crítico pelo qual passa o Rio de Janeiro está diretamente associado à ausência sucessiva de uma perspectiva holística, inter-setorial e de longo prazo nas ações governamentais. Exemplo dessa imprevidência e do des-caso para com o futuro são os subsídios

praticados no estado, amplamente criticáveis e criticados atualmente. José Luis Vianna da Cruz, pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (Universidade Candido Mendes-Campos dos Goytacazes), destaca que, além do contexto mundial que envolve o preço do petróleo, a questão orçamentária “[...] fica ainda pior se levarmos em conta que muitos investimentos subsidiados no Rio nos últimos anos foram polarizados pela cadeia de óleo e gás, como os portos logísticos, o complexo petroquímico, o setor naval e a siderurgia” (ROSA; CORRÊA, 2016).

Em suma, pode-se claramente afirmar que o contexto adverso de 2016 não poderia fazer parte de um futuro incerto em relação à arrecadação petrolífera. Logo, por mais habilidosos e vitimistas que sejam discursos oficiais alardeados aqui e acolá, houve, na melhor das hipóteses, negligência e imperícia na aplicação das rendas petrolíferas.

Se a abundância cegou governantes locais e estaduais no Rio de Janeiro, poderá a mesma vitimar os debutantes da sorte geográfica chamada pré-sal?

Contra o jogo de dados: a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade

Os municípios do Estado de São Paulo, após a exploração do pré-sal, passaram a viver o ciclo de abundância das rendas petrolíferas. Assim como nos municípios do Rio de Janeiro, todos beneficiados por uma “dádiva da natureza”, seus “cofres públicos [...] nada têm a reclamar, pelo contrário, têm a agradecer” (PIQUET, 2007, p. 31). Estarão aquelas municipalidades mais aptas a superar o desafio da abundância? O primeiro elemento de resposta está na sua capacidade de lidar com a “sorte geográfica [e seus resultan-

tes] impactos sobre as finanças dos municípios, maiores recebedores das rendas petrolíferas” (SERRA, 2007, p. 90).

Em seguida, é preciso que haja um planejamento para estes recursos, consoante a promoção de justiça intergeracional. Para tanto, evidências científicas, análises teóricas e propostas teórico-metodológicas podem ser encontradas em publicações seriadas, como este BPRR, e livros e dissertações produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, sob a

competente e cuidadosa coordenação da Profa. Dra. Rosélia Piquet.

Se pode ser considerada “ilegal e inconstitucional a omissão político-institucional frente às evidências produzidas pelas ciências e tecnociências” (MACHADO; VILANI, 2015, p. 20), os municípios de São Paulo possuem estas em abundância, talvez não na mesma proporção do petróleo e gás natural de seus campos, mas suficiente para não incorrer na mesma imprevidência que coloca em penúria cidadãos do Rio de Janeiro...

Ao longo de aproximadamente uma década e meia de existência, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, que em 2016 iniciou sua primeira turma de Doutorado, produziu dezenas de dissertações destacando os impactos da atividade petrolífera e os aspectos territoriais, sociais, políticos e econômicos da aplicação das rendas petrolíferas². Além das dissertações, três obras coletivas são fundamentais para a compreensão do tema: *Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil* (PIQUET, 2011); *Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância* (PIQUET; SERRA, 2007); e *Petróleo, Royalties e Região* (PIQUET, 2003). Adicionalmente, em 2006, foi criado o InfoRoyalties³, base de dados elaborada

e mantida pelo PPG-Planejamento Regional e Gestão da Cidade. Barbosa, Cruz e Vilani (2012, p. 5-6) destacam que o InfoRoyalties visa a “compilar e disponibilizar informações a respeito do repasse das diferentes compensações financeiras previstas na legislação petrolífera” e, assim, alcançar “diversos segmentos da sociedade, sejam estes vinculados a ensino e pesquisa, voltados para atividades político-administrativas, ou movimentos sociais e indivíduos interessados nas informações e no controle social da gestão pública dos recursos financeiros, dentre outros”. Em síntese, há um amplo repositório de dados, informações, resultados de pesquisa, reflexões, estudos de caso, análises e propostas de natureza técnica,

política e legislativa, de acesso livre, à disposição dos gestores de todo o País. Reforçamos que, aqui, tratamos de apenas um Programa de Pós-Graduação. Certamente, não há que se falar em escassez de elementos técnicos, científicos e metodológicos para que a aplicação dos royalties se dê por meio de políticas públicas que privilegiem uma concepção de justiça intergeracional.

Uma vez que a sorte geográfica não relega os municípios a um jogo de dados em relação às rendas petrolíferas, ainda é possível se pensar na recorrência, nos novos beneficiários do pré-sal, à semelhança da inexplicável situação encontrada hoje no estado e nos mesmos municípios petrolrentistas do Rio de Janeiro?

Surgem os novos ricos, segundo a mídia

À guisa de conclusão e resposta à última pergunta deste Editorial, escolhemos três matérias, publicadas entre março e maio de 2016, que partem exatamente de constatações de pesquisadores e da base de dados InfoRoyalties. Em outras palavras, utilizam-se das mesmas evidências científicas disponíveis e largamente disponibilizadas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras do tema no País.

A primeira matéria, da Folha de São Paulo (março de 2016), trata do município de Ilha Bela, litoral paulista, que experimenta a bonança do pré-sal e encontra-se como a terceira cidade brasileira em arrecadação de royalties do petróleo e gás natural. Nesta matéria, o pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Dr. José Luis Vianna da Cruz, justifica essa situação paradoxal em relação aos municípios fluminenses uma vez que Ilha Bela tem um aumento na produção que, mesmo com preços baixos do barril, acaba por alavancar a arrecadação (BELMIRO, 2016).

O determinismo físico das jazidas petrolíferas beneficiou, também, o município de Ilha Comprida que, no embalo de regras nada distributivas, aumentou, consoante a segunda matéria que iremos destacar (Folha de São Paulo, maio de 2016), em 5.000% sua arrecadação de royalties

desde 2005 (PITA, 2016). Na mesma perspectiva assinalada anteriormente, o prof. José Luis Vianna da Cruz alerta para a dependência orçamentária e a utilização das rendas petrolíferas em despesas que demandam manutenção (PITA, 2016).

Por fim, a matéria (O Estado de São Paulo, abril de 2016) que inicia com uma síntese do que aqui foi exposto, ressaltando novamente que não se trata de nenhuma inovação teórica ou em termos de planejamento público, mas de constatação objetiva e direta, visto que o petróleo é finito e está inserido no contexto geopolítico mais instável do planeta. O conteúdo, então, critica as lamentações do secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em relação à dita crise do orçamento e aponta que, tanto na fala do secretário como na dos municípios favorecidos pelas rendas petrolíferas, a soberba de quem “gastou como se não houvesse amanhã, contando antecipadamente com uma receita incerta e volátil” (MING, 2016) é deixada de lado. Este gasto, segundo o que o prof. José Luis Vianna da Cruz orienta na matéria, deve ser pautado na diversificação da economia, e os usos do fundo social, criado com receitas da exploração petrolífera, devem se voltar para políticas de transferência de renda e projetos de desenvolvimento de longo prazo (MING, 2016).

Em um esforço de síntese, a excessiva centralização econômica na exploração petrolífera, mais recentemente alavancada pelo pré-sal, em detrimento de outros setores da economia, evidenciou a falta de planejamento de estado, que se vê refém de ações governamentais imediatistas, como os subsídios praticados no Rio de Janeiro. Distantes de ações estruturais e estruturantes para um modelo de desenvolvimento que se proponha sustentável, as imprudentes decisões tomadas por sucessivos governos fluminenses, polarizadas na cadeia de óleo e gás natural, impediram que as rendas petrolíferas promovessem resultados compatíveis com a proposta de justiça intergeracional. Assim sendo, diante da abundância de evidências e pesquisas científicas disponíveis, espera-se que o ciclo de erros no uso e aplicação das rendas petrolíferas tenha se esgotado com o triste exemplo que, diariamente, é apresentado na mídia em relação a diferentes setores (saúde, educação, segurança...) do Rio de Janeiro.

Não custa lembrar aos novos e antigos ricos que a arrecadação acompanha a curva de produção (de um recurso finito) e a curva de preços (comandada por um mercado internacional de grande volatilidade). Logo, prudência é a regra deste jogo, que não é de azar nem de sorte, mas um

jogo de eficiência e responsabilidade.

Para a continuidade em relação ao debate, este número apresenta discussões sobre o desenvolvimento regional periférico, fundamental para a compreensão do interior do estado do Rio de Janeiro; os elementos para entender a competitividade na cadeia petrolífera; e os deslocamentos pendulares com motivação educacional para Campos dos Goytacazes, município que se destaca pela arrecadação de royalties na Região Norte Fluminense. "O Noroeste e a 'Grande Região Fluminense de Produção Petrolífera'", artigo de Fabio Gustavo Viana Siqueira e

José Luis Vianna da Cruz, no qual os autores propõem importante reflexão sobre a dinamização do que denominam 'espaços sub-regionais periféricos em territórios polarizados' por grandes projetos de investimento, como a Região Noroeste Fluminense em relação à indústria petrolífera e ao complexo do Porto do Açú. "The challenges of the competitive development of the Brazilian Oil and Gas sector in the context of pre-salt" é o terceiro artigo de uma discussão de fôlego proposta por Edson Terra Azevedo Filho, Manuel Antonio Molina Palma, Margarida Perestrelo e Rodrigo Anido

Lira, na qual analisam profundamente a competitividade da indústria petrolífera nas camadas ultra profundas no pré-sal. Neste último artigo, analisam as cinco dinâmicas que mais influenciam o comportamento dos atores envolvidos na cadeia nacional de suprimentos para empresas petrolíferas da Bacia de Campos. Jéssica Monteiro da Silva Tavares e Elzira Lúcia de Oliveira discutem, em "Mobilidade espacial de estudantes na Região Norte Fluminense: uma breve análise", a centralidade econômica e posição de polo educacional de Campos dos Goytacazes.

Notas

1 "O termo 'doença holandesa' surgiu das consequências da descoberta de jazidas de gás natural na economia holandesa, na década de 1960, na qual o boom exportador que se seguiu à produção de gás contribuiu para uma apreciação cambial que prejudicou a competitividade das exportações desta economia. Desta forma, o nome 'doença holandesa' passou a designar impactos adversos da apreciação cambial sobre o dinamismo dos setores de bens comercializáveis e, conseqüentemente, sobre o crescimento econômico" (POSTALI, 2007, p. 6).

2 Para detalhes do Programa, acessar: <http://cidades.ucam-campos.br/>. As dissertações estão disponíveis em: <http://cidades.ucam-campos.br/index.php/producoes/dissertacoes>.

3 O InfoRoyalties pode ser acessado pelo: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>.

Referências

- BARBOSA, T. M.; CRUZ, J. L.; VILANI, R. M. Petróleo, royalties e função social da informação: análise da base de dados 'InfoRoyalties'. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes, ano 10, n. 37, p. 5-7, 2012.
- BELMIRO, D. Apesar da crise, município de Ilha Bela vive 'boom' com royalties do petróleo. Folha de São Paulo, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1754158-apesar-da-crise-municipio-de-ilhabela-vive-boom-com-royalties-do-petroleo.shtml>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- MACHADO, C. J. S.; VILANI, R. M. Governança climática no Antropoceno: da rudeza dos fatos à esperança no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers. 2015.
- MING, C. A herança do tio vivo. O Estado de São Paulo, 14 abr. 2016. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-heranca-do-tio-vivo-1856397>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- PIQUET, R. (Org.) Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- PIQUET, R.; SERRA, R. V. (Orgs.). Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PIQUET, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, R.; SERRA, R. V. (Orgs.). Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 15-34.
- PIQUET, R. (Org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- PITA, A. 'Novos ricos' do pré-sal no litoral de SP. O Estado de São Paulo, 07 maio 2016. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,novos-ricos-do-pre-sal-no-litoral-de-sp,1865789>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- POSTALI, F. A. S. Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil. In: Encontro da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 35. 2007, Recife. Anais... Recife: ANPEC, 2007. p. 1-18.
- RIO DE JANEIRO. Subsecretaria de Estudos Econômicos. Pré-Sal: de quanto estamos falando? Rio de Janeiro, 2010.
- ROSA, B.; CORRÊA, M. Rio é o estado com menor aumento de arrecadação de ICMS. O Globo, Rio de Janeiro, 24 abr. 2016. Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/rio-o-estado-com-menor-aumento-de-arrecadacao-de-icms-119154594#ixzz49x84uaxY>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- SERRA, R. V. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobre financiamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, R.; SERRA, R. V. (Orgs.). Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 77-110.
- VILANI, R. M. Contribuição para o planejamento da exploração de petróleo e gás sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável: proposta de um instrumento de regulação intertemporal aplicado às reservas brasileiras. Tese (doutorado em Meio Ambiente). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

3º SNPD SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

V ENCONTRO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PURD

XV SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO

DATA: 19 e 20 de outubro

LOCAL: Candido Mendes | Campos/RJ

submissão de trabalhos até 22 de agosto